



ATLAS IGREJAS EM CUIDADO DA CASA COMUM

MINERAÇÃO E VIOLAÇÕES DE
DIREITOS HUMANOS E AMBIENTAIS
NO BRASIL

ECOLOGIA INTEGRAL: UM CHAMADO À CONVERSÃO INTEGRAL

Na **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**, Papa Francisco indica caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos e apresenta uma nova etapa evangelizadora marcada pela alegria e abertura, com foco especial ao compromisso social, missionário, de transformação do mundo (EG 178). Na **Encíclica Laudato Si - sobre o cuidado da Casa Comum**, o Papa propõe uma renovação eclesial a

partir do Evangelho da Criação, em chave de conversão ecológica integral. Como cristãos e cristãs, somos chamados com urgência a sanar a dívida ecológica aprofundada pelos maus tratos e ferimentos que causamos na Casa Comum (LS 51 e 53). A encíclica Laudato Si convida a uma abordagem social que integre a "justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres" (LS 49).

O chamado se concretiza na construção de respostas integrais "para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza" (LS 139). São ações que podem ser implementadas desde uma perspectiva sinodal, garantindo o protagonismo dos povos e das comunidades, que constroem um «multilateralismo a partir de baixo» (LD 38). Para isso, tanto a Exortação Apostólica Evangelii Gaudium quanto a Encíclica Laudato Si nos convidam a abandonar a lógica economicista que impõe a racionalidade instrumental e utilitarista a serviço do capital e que rouba o sentido da religião e sacralidade da natureza (28 - Carta Pastoral CELAM).

Foto: Guilherme Cavalli



MINERAÇÃO: MAL COMUM NA AMÉRICA LATINA

Em consonância com o papado de Francisco, os bispos da América Latina propuseram uma leitura contextualizada da encíclica **Carta Encíclica Laudato Si - sobre o Cuidado da Casa Comum** na escuta dos sinais dos tempos no continente. O **Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM)** ressalta na Carta Pastoral "Discípulos Missionários: Cuidadores da Casa Comum" as questões extrativistas como ponto de maior preocupação pastoral no tema da Ecologia Integral, especificamente às referidas à mineração. "Por extrativismo entendemos uma tendência desenfreada do sistema econômico de converter os bens da natureza em capital"(11)¹. A definição proposta pelos pastores bispos denuncia a voracidade de um projeto que atribui à Casa Comum um status de exploração e consumo, impulsionado "pelo desejo de gerar riqueza material, onde os meios de subsistência de povos inteiros e a deterioração de ecossistemas valiosos são sacrificados" (11).

Ao priorizar a vida dos territórios e suas populações de maneira

incondicional, acima de qualquer interesse financeiro, é necessária uma escuta respeitosa daqueles e daquelas que são ou serão afetados pelos projetos extrativistas. Urge um diálogo transparente e honesto orientado ao cuidado da vida na Casa Comum (17).

A Carta Pastoral do CELAM desmente a narrativa de desenvolvimento pela mineração, evidenciando, por exemplo, as contaminações hídricas, a migração e o deslocamento forçado pelo alto índice de poluição causado pelo setor extrativista. Somam-se as falácias da mineração como promotora de desenvolvimento os inúmeros casos de violações de direitos humanos, principalmente de populações indígenas, tradicionais e camponesas, sobretudo na Amazônia.



Foto: Marcelo Cruz

¹ Carta pastoral CELAM (2018): Discípulos misioneros: custodios de nuestra casa común - Discernimiento a la luz de la encíclica Laudato Si

ATLAS IGREJAS EM CUIDADO DA CASA COMUM

A Rede Igrejas e Mineração, em parceria com a Comissão Especial para a Ecologia Integral e Mineração (CEEM) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração desenvolveram o presente material no objetivo de visibilizar a presença de conflitos causados pela mineração nos territórios das jurisdições eclesiais, organizadas como regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Através de um processo com os 19 regionais da CNBB, se apresentaram os dados referentes a cada regional, na busca de contribuir com a atuação e acompanhamento pastoral dessas realidades.

Dos 844 conflitos identificados pelo Relatório dos Conflitos da Mineração 2021, se contabilizou um total de 318 conflitos com acompa-

nhamento direto por entidades eclesiais. Se destacam na atuação junto a comunidades afetadas pela mineração o **Regional Leste 2 (Minas Gerais, com 237 conflitos acompanhados)**, o **Regional Norte 1 (Amazonas e Roraima, com 53 conflitos acompanhados)** e o **Regional Centro-Oeste (Goiás e DF, com 14 conflitos acompanhados)**. Parte das realidades que sofrem pela presença da mineração são acompanhadas diretamente pelas paróquias que estão nos locais. Entre os organismos e pastorais que cumprem um seguimento dos casos estão Cáritas Brasileira, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Rede Igrejas e Mineração e diversas organizações religiosas.



Foto: Guilherme Cavalli

REDE IGREJAS E MINERAÇÃO: UMA BUSCA POR ESCUTAR O CLAMOR DA TERRA E O GRITO DOS POBRES

A rede Igrejas e Mineração, presente em 9 países da América Latina, se conforma como espaço de acompanhamento sócio-pastoral, reflexão, comunidade e incidência frente ao projeto de morte intrínseco às atividades mineiras. Se somam a iniciativa a vida religiosa através de congregações e conferências; bispos e padres que se unem desde sua atividade pastoral em defesa da Casa Comum; leigos e leigas comprometidas com a defesa dos Direitos Humanos e da Natureza; organizações da sociedade civil, através do compromisso com as comunidades afetadas pela mineração; Igrejas Cristãs e entidades eclesiais, que desde o ecumenismo unem-se em construção de um projeto de justiça e paz.

A RIM se organiza através de eixos temáticos que buscam, desde as espiritualidades cristãs, caminhos de acompanhamento e advocacia a uma sociedade pós-extrativista. Nesse sentido, a RIM se articula como **1) Comunidade de Ecoespiritualidade**, que em comunhão com as leituras do sagrado alimenta o sopro de vida - a ruah divina - naquelas e naqueles que acompanham realidades martirizadas pela mineração; **2) Grupo de Trabalho para Incidência**, que se orienta desde o diálogo com Igrejas como ação de promoção humana, e a

incidência junto a organizações, organismos multilaterais, bancos que investem na mineração, em temas de proteção dos direitos humanos e da natureza; **3) Grupo de Comunicação**, que reúne comunicadores populares da América Latina em um caminho de narrar a vida de comunidades em resistência aos projetos extrativistas, que semeiam novas possibilidades além da mineração;

A Rede Igrejas e Mineração promove a **Campanha de Desinvestimento em Mineração**. A iniciativa contribui na busca de consciência sobre um sistema econômico que lucra desde a morte (EG 53). **“Mensuram Bonam”**, documento com orientações sobre investimentos publicado pela **Pontifícia Academia para Ciências Sociais do Vaticano**, recomenda às Igrejas o distanciamento de qualquer instituto financeiro que financie a mineração e metais preciosos. Os critérios de exclusão na mineração se constroem como caminho para garantir a garantia incondicional dos direitos humanos e o cuidado da Casa Comum. A Campanha de Desinvestimento em Mineração foi um chamado apresentado durante o Sínodo para a Amazônia às Igrejas, Congregações Religiosas, Conferência de Bispos, Universidades Católicas, e a toda a sociedade, como coerência ética e compromisso com as comunidades afetadas pela mineração.

Conflitos com Indígenas

Das 149 ocorrências de conflito envolvendo os indígenas, somente o estado de Roraima deteve 29,5%, seguido por Pará (22,8%), Amazonas (19,5%) e Minas Gerais (8,7%). Roraima assume a primeira posição frente aos intensos ataques sofridos pelos indígenas Yanomamis. De acordo com o relatório da Hutukara Associação Yanomami (HAY) e da Associação Wanasseduume Ye'kwana, em 2021 a destruição provocada pelo garimpo na Terra Indígena Yanomami cresceu 46% em relação a 2020, atingindo um total acumulado de 3.272 hectares. O documento indica que de 2016 a 2020, o garimpo na Terra Indígena Yanomami “cresceu nada menos que 3.350%” (p.8). Os principais tipos de violência sofridas pelos “Indígenas” foram: Invasão (77 ocorrências), Danos (69 ocorrências), Intimidação (30 ocorrências), Poluição da água (30 ocorrências) e Ameaça (25 ocorrências).

Conflitos com Quilombolas

Violações de direitos humanos contra quilombolas causados pela mineração totalizaram 26 ocorrências, englobando ao menos 13.603 pessoas. Em 2021, os conflitos entre quilombolas e empresas estavam presentes em sete estados: Minas Gerais, Bahia, Pará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão e Piauí. Com Minas Gerais concentrando 34,6% dos conflitos, seguido de Bahia (30,8%) e Pará (15,4%). Ao menos 11 empresas estavam envolvidas em conflitos com quilombolas. As cinco primeiras são Vale S.A. (23,1%), Brazil Iron (15,4%), Hydro (15,4%) e Bahia Mineração (7,7%). O “garimpo ilegal” aparece com 3,8% das ocorrências de conflito. Os minerais mais representativos dos conflitos são minério de ferro (60,0%) e alumínio (16,0%). O tipo de conflito predominante entre os quilombolas em 2021 foi “Água”, seguido de “Terra”, com 47,5% e 25,0%, respectivamente. Os tipos de violências preponderantes foram: “Não cumprimento de procedimentos legais”, “Poluição da água”, “Ausência da Consulta Prévia”, “Destruição” e “Omissão”



Foto: Eliene Paixão / Hutukara

Outros Grupos Sociais atingidos pela Mineração

Pescadores e ribeirinhos compõem um grupo que aglutinou 65 ocorrências, abrangendo 16.161 pessoas. Bahia congregava 40,0% das ocorrências, seguido do Pará com 15,4%. Fizeram parte dos conflitos 11 empresas e o garimpo ilegal. A “Tombador Iron Mineração” foi responsável por 36,9% dos conflitos nessa categoria, seguido pelo “Garimpo ilegal” (16,9%), pela Samarco/Vale/BHP (16,9%) e Hydro (9,2%). Contabilizando as categorias “Assentados”, “Camponeses de fundo de pasto”, “Extrativistas”, “Geraizeiros”, “Pecuaristas familiares”, “Pequenos proprietários rurais”, “Pequenos proprietários”, “Posseiros” e “Sem-terra”, temos, em 2021, 216 ocorrências de conflito, incluindo 40.497 pessoas.

Conflitos Urbanos

Foram identificados 68 casos, totalizando 95 ocorrências e 10,6% de todos os conflitos registrados. Ao menos 95.123 pessoas estavam envolvidas em conflitos urbanos com a mineração que ocorreram em 35 municípios e 8 estados, com destaque a Minas Gerais (45,3%), Alagoas (43,2%) e Pará (4,2%). No total de conflitos estão envolvidas 30 empresas, sendo as cinco primeiras Braskem, concentrando 42,1% dos conflitos urbanos, Vale S.A., com 9,5%, seguida por Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (7,4%), Samarco/Vale S.A./BHP Billiton (CSN) (4,2%). Gerdau, Itaminas Comércio de Minérios S.A. e Zona da Mata Mineração (ZMM) concentraram 3,2% dos conflitos em áreas urbanas cada uma.



Foto: Ibama Governo Federal

MINERAÇÃO NO BRASIL EM NÚMEROS

As vozes dos territórios martirizados pela mineração denunciam um modelo que por sua lógica de ganância, segundo o papa Francisco, está escapando a todo domínio humano e nos levando a um abismo. O trabalho do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração recolhe e mapeia realidades de pessoas, comunidades e povos

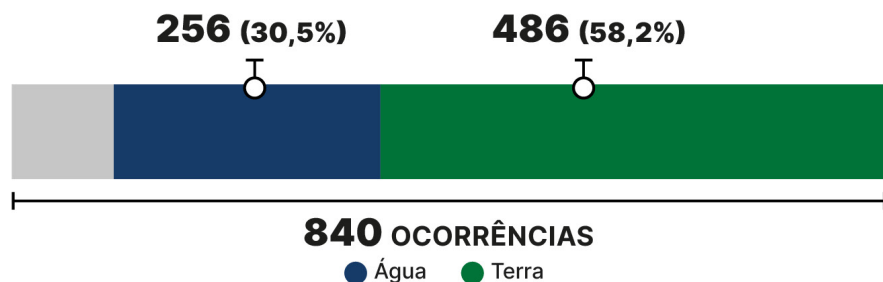
onde a violência e destruição causadas pelas corporações extrativistas imperam. Através do Mapa dos Conflitos da Mineração no Brasil e do Relatório dos Conflitos da Mineração, se monitorou as violações cometidas anualmente pelo setor da mineração.

Conforme aponta o Relatório dos Conflitos da Mineração 2021, foram contabilizados 644

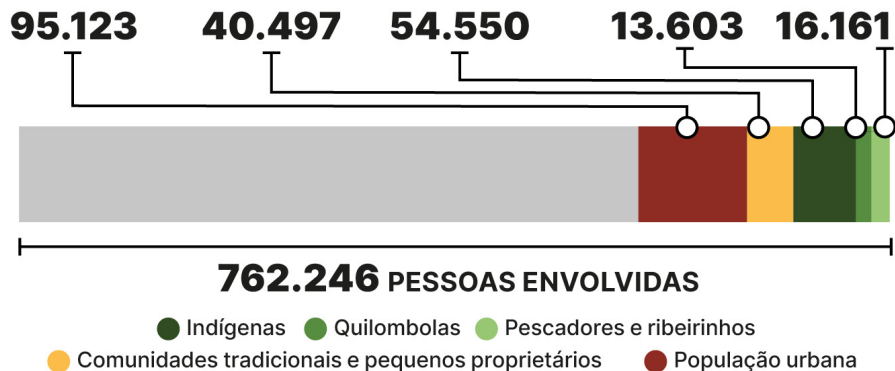
casos e 840 ocorrências de conflito, envolvendo ao menos 762.246 pessoas, isto é, ao menos duas ocorrências por dia no ano de 2021. Os conflitos em relação a “Terra” e “Água” foram os que mais se destacaram, com 489 (58,2%) e 256 (30,5%) ocorrências, respectivamente. Nesse período, ao menos 54.550 indígenas estavam envolvidos em conflitos causados pela mineração, sendo em 51,4% das situa-

ções com garimpeiros. Os quilombolas sofreram em 22 conflitos e 26 ocorrências, englobando ao menos 13.603 pessoas. Pescadores e ribeirinhos compõem um grupo que soma 65 ocorrências, abrangendo 16.161 pessoas. Logo, as categorias que mais foram atingidas pela mineração foram: “Indígenas” (17,7%), “Pequenos proprietários rurais” (16,9%), “Estado” (16,8%), “População

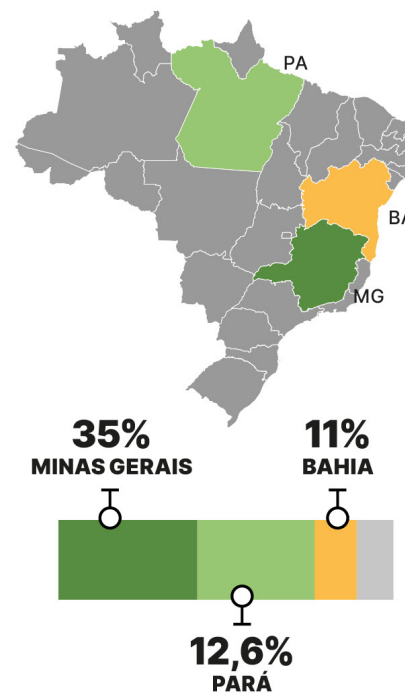
■ NÚMERO DE CONFLITOS POR TIPO DE CONFLITO



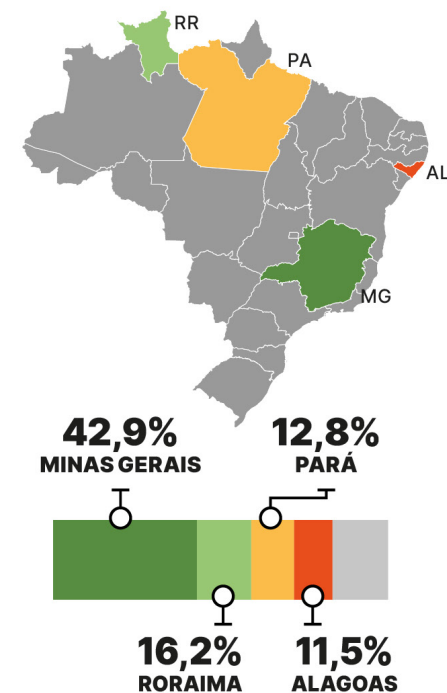
■ NÚMERO DE PESSOAS ENVOLVIDAS DIVIDIDAS POR CATEGORIA/GRUPO



■ ESTADOS COM MAIS LOCALIDADES EM CONFLITO



■ PORCENTAGEM DE PESSOAS ATINGIDAS POR ESTADO

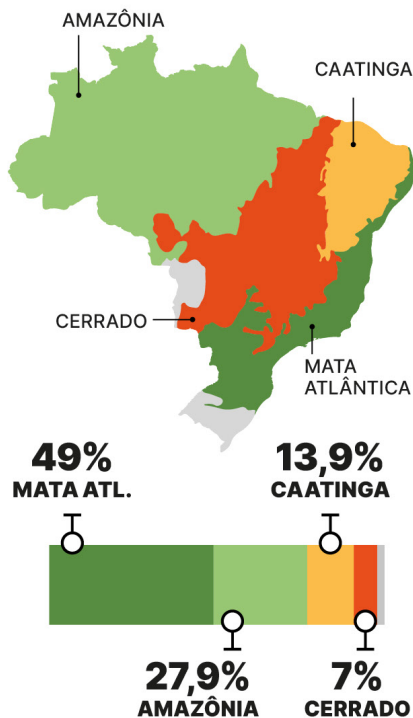


urbana” (13,5%) e “Trabalhadores” (10,7%).

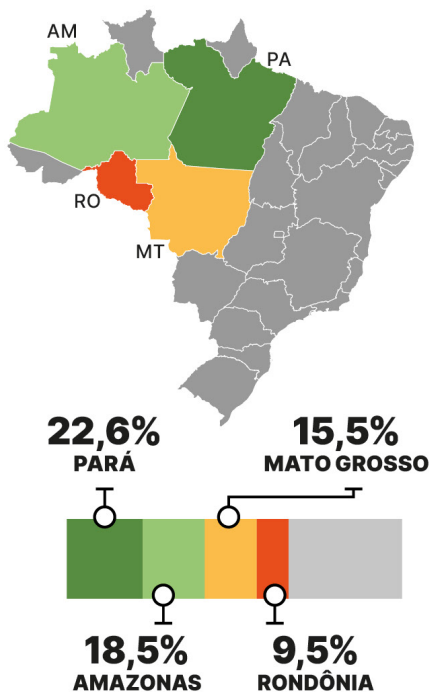
Dos 24 estados com registros, os que mais concentraram localidades em conflito foram Minas Gerais (35,0%), Pará (12,6%) e Bahia (11,0%). Em número de pessoas atingidas por estado, Minas Gerais aparece concentrando 42,9% do número total de pessoas atingidas, seguido de Roraima (16,2%), Pará (12,8%) e Alagoas (11,5%). O Bioma com o

maior número de registros foi a Mata Atlântica, com 49,0%, seguido da Amazônia (27,9%), Caatinga (13,9%) e Cerrado (7,0%). As extrações ilegais de minérios, em particular os garimpos, provocaram 240 ocorrências em 168 localidades em 19 estados, sobretudo na Amazônia Legal, com destaque para o Pará (22,6%), Amazonas (18,5%), Mato Grosso (15,5%) e Rondônia (9,5%). Além disso, os indígenas foram os grupos mais

MAIOR PORCENTAGEM DE REGISTRO POR BIOMA



PORCENTAGEM DE EXTRAÇÕES ILEGAIS DE MINÉRIOS POR ESTADO

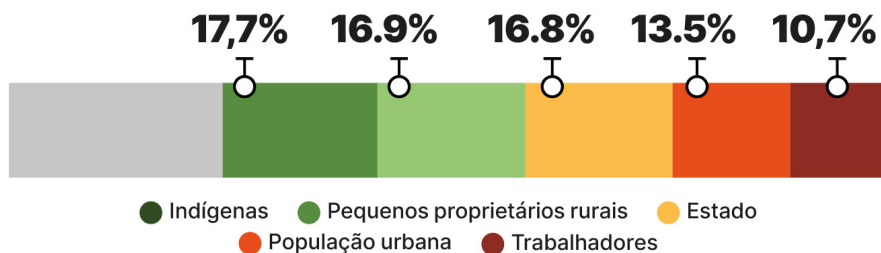


violados por essa atividade em 55 localidades, com 115 ocorrências.

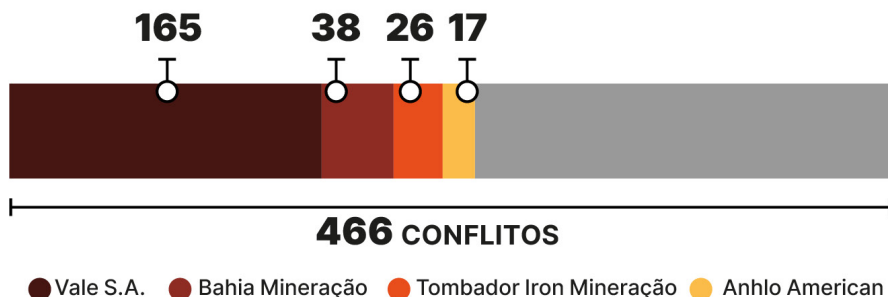
Foram mapeadas 127 empresas envolvidas em conflitos em 466 localidades. A Vale S.A. é a empresa que mais concentrou conflitos (29,4%), congregando a Vale S.A. (131 ocorrências de conflitos) e sua subsidiária Samarco/Vale/BHP (34 ocorrências de conflitos). Das mineradoras internacionais, as que mais se destacaram foram a Bahia

Mineração (BAMIN) de capital de Luxemburgo, com 38 ocorrências de conflitos; a australiana Tombador Iron Mineração, com 26 ocorrências; e a Anglo American, com 17. Ao que se refere a nacionalidade das empresas, o Brasil aparece em primeiro lugar, com 356 ocorrências. Contudo, em seguida aparecem a Austrália, com 64 das ocorrências, Luxemburgo (57), Canadá (31) e Reino Unido (25).

■ CATEGORIAS MAIS ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO



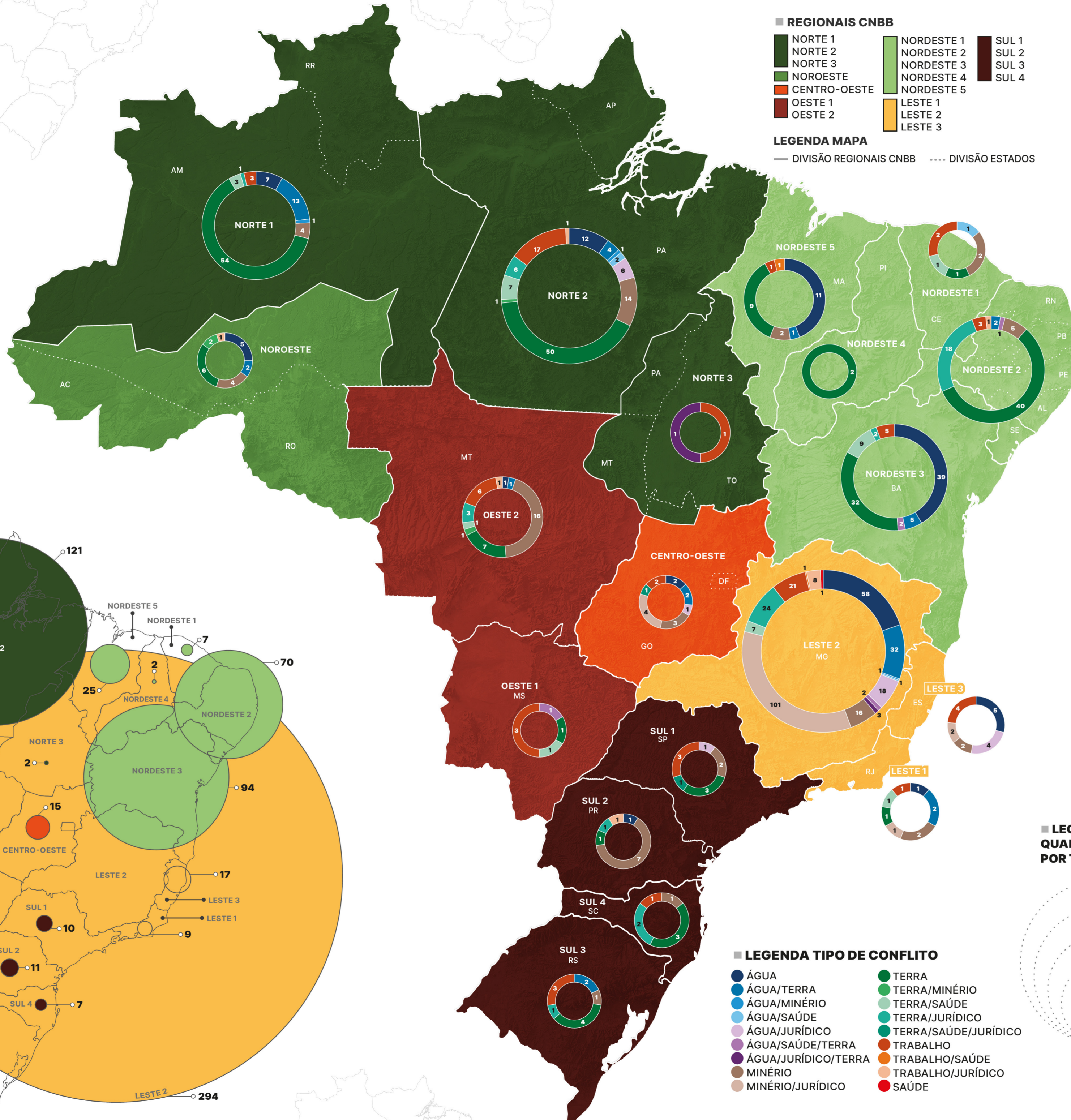
■ QUANTIDADE DE CONFLITOS SEPARADOS POR EMPRESAS ENVOLVIDAS, NO TOTAL DE 127 EMPRESAS





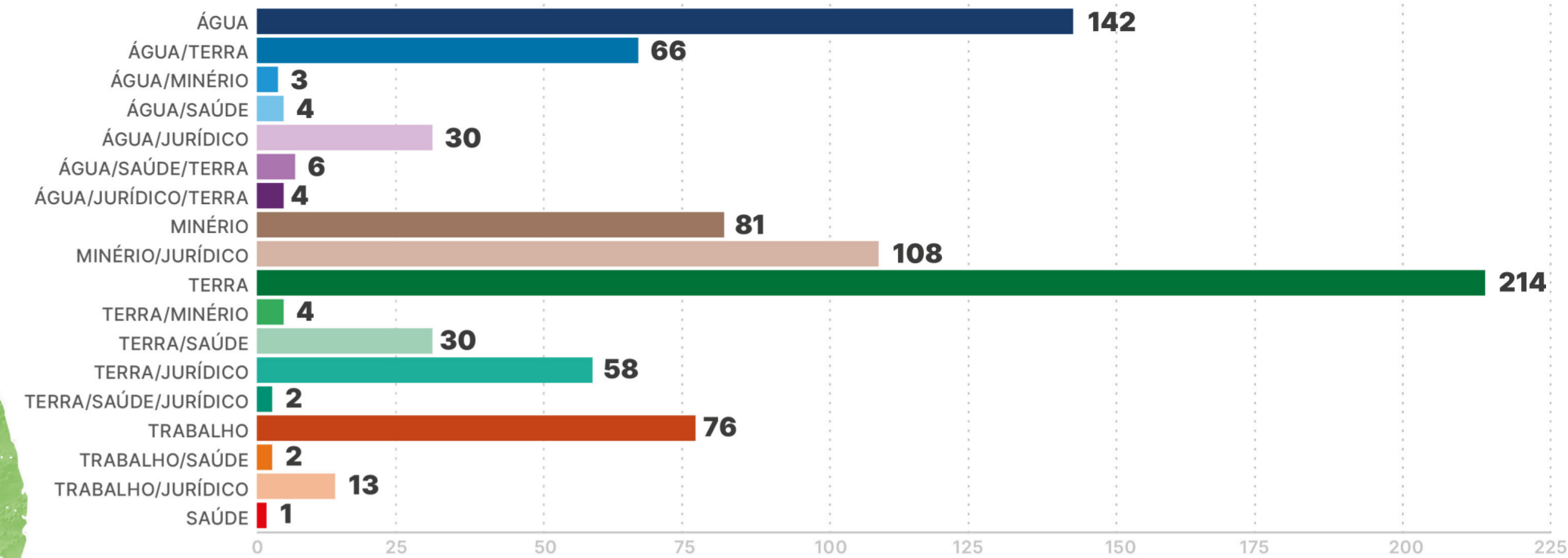
O Atlas Igrejas em Cuidado da Casa Comum é uma iniciativa da Rede Igrejas e Mineração e objetiva ser uma plataforma para organizações eclesiais e da sociedade civil aprofundarem o chamado à conversão ecológica integral junto aos povos e territórios martirizados pela mineração. No Brasil a iniciativa conta com a colaboração do trabalho de pesquisa e documentação realizado pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração.

Os dados sistematizados dimensionam a quantidade de violações de direitos causadas pela mineração no Brasil, os principais grupos afetados por essa modalidade de economia extrativista, os tipos de conflitos causados pela mineração e o recorte geográfico das ocorrências. Na última categoria (recorte geográfico), além dos Estados, é possível identificar a presença de conflitos causados pela mineração nos territórios das jurisdições eclesiais, organizadas como regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



OCORRÊNCIA DE CONFLITOS SEPARADOS POR TIPO DE CONFLITO

TOTAL DE CONFLITOS: **844**



CASOS EMBLEMÁTICOS DE VIOLAÇÃO PELA MINERAÇÃO

Povo Indígena Yanomami, Roraima: a crise humanitária vivida pelo povo Yanomami nos últimos anos correu o mundo quando imagens de crianças extremamente desnutridas exemplificam o significado do garimpo na Terra Indígena. A área total devastada já acumula 5.432 hectares - cada hectare é equivalente ao tamanho de um campo de futebol. Em 2023 se registrou 308 mortes de Yanomami e Ye'kwana sem que servidores da saúde conseguissem atender comunidades vulneráveis por medo dos garimpeiros ilegais.

REG. NORTE 1

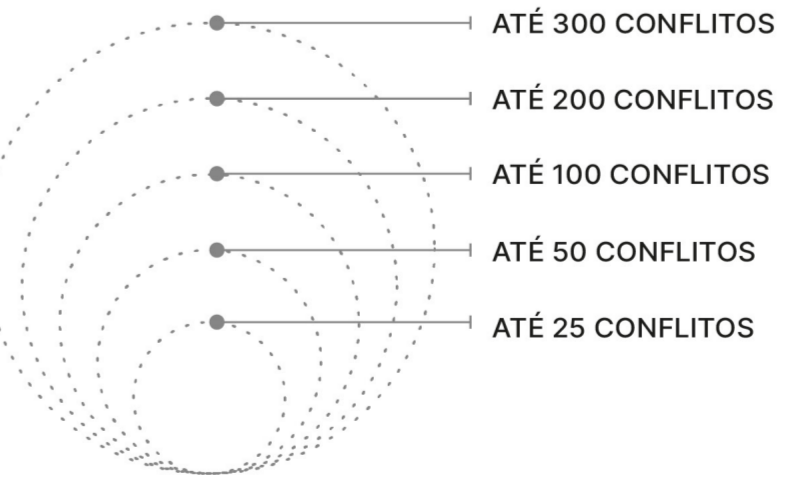
Brumadinho, Minas Gerais: no dia 25 de janeiro de 2019 uma barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale rompeu. A tragédia-crime resultou na morte de 272 pessoas, devastou comunidades locais e causou danos ambientais irreparáveis. Dois anos antes, em Mariana, uma primeira barragem rompeu e a Vale afirmou que suas barragens eram seguras. As investigações apontaram negligência e falhas na manutenção como principais causas do colapso. O ocorrido em Brumadinho afetou 26 cidades com o derramamento de lixo da mineração, chegando a 1 milhão de pessoas atingidas.

REG. LESTE 2

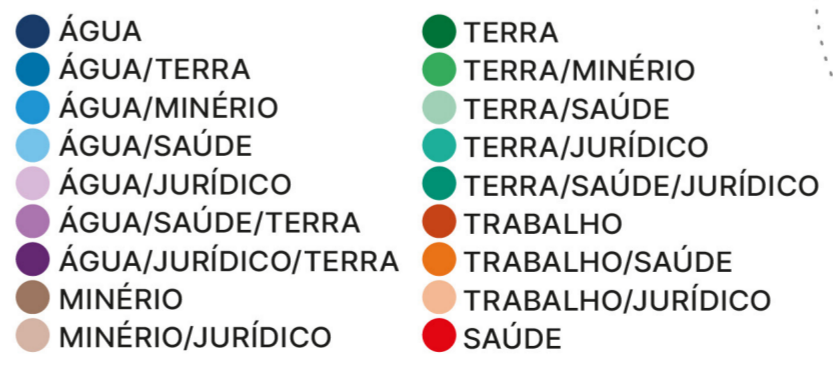
Vale do Ribeira, São Paulo: abriga a maior região conservada da Mata Atlântica brasileira e é a morada de diversas comunidades indígenas e quilombolas. O Governo de São Paulo lançou, em outubro de 2019, o Programa Vale do Futuro, que propõe atividades de mineração em 17 dos 22 municípios da região. Fóruns e reuniões são realizados pelo poder público sem uma direta participação das comunidades e povos tradicionais que vivem na região. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual o Estado Brasileiro ratificou em 2002, trata da condição de realizar uma consulta livre, prévia e informada sempre que alguma obra, ação, política ou programa for ser desenvolvido e afete aos povos tradicionais.

REG. SUL 1

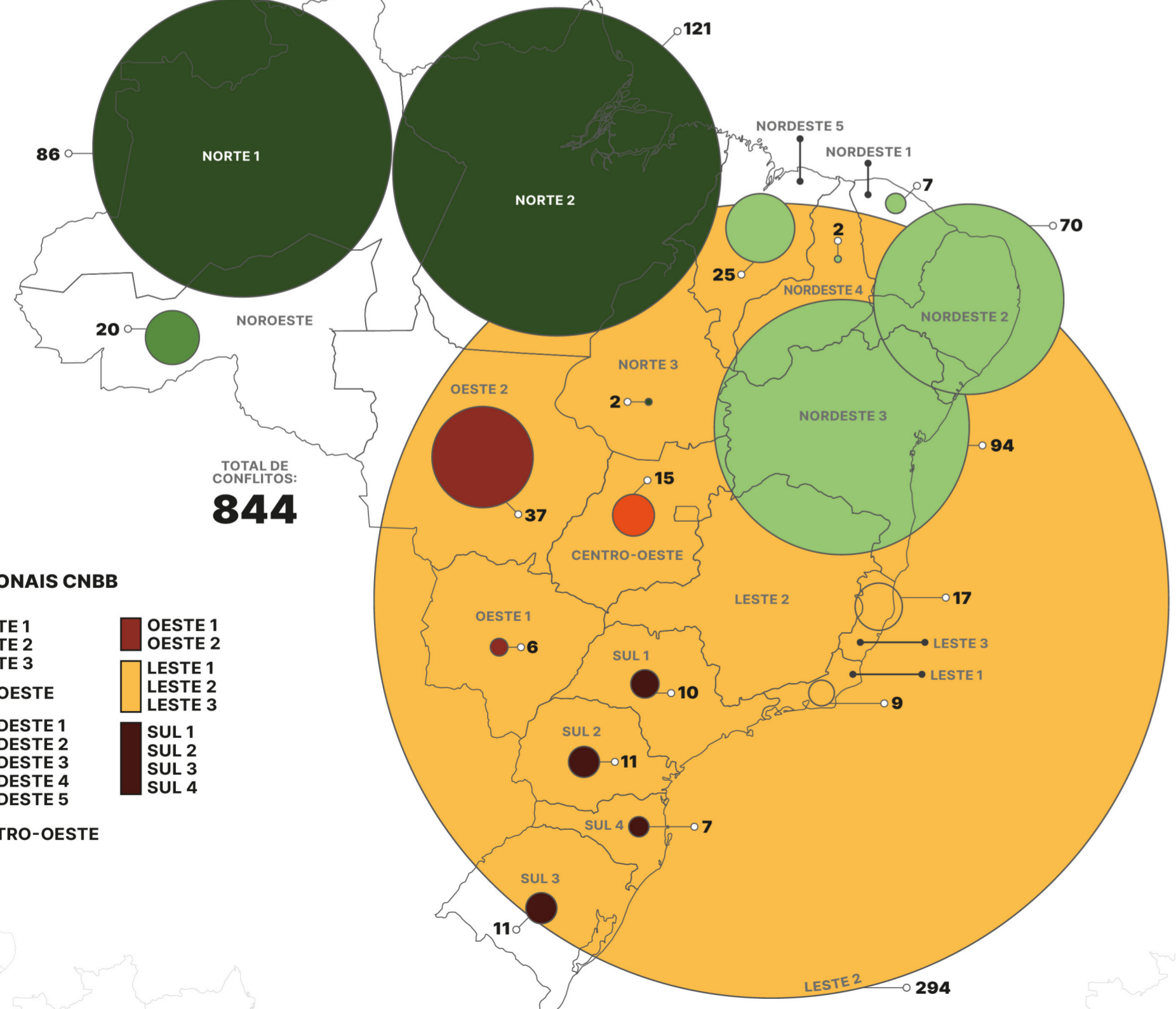
LEGENDA TAMANHO DA QUANTIDADE TOTAL DE CONFLITOS POR TIPO DE CONFLITO



LEGENDA TIPO DE CONFLITO



NÚMERO DE CONFLITOS POR REGIONAL CNBB



Piquiá de Baixo, Maranhão: há mais de 20 anos os moradores da comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia, sofrem com a poluição de siderúrgicas que pretendem extrair 15 milhões de toneladas de concentrado de minério de ferro durante 15 anos. O discurso na região, por parte do poder público, é de emprego e renda. Contudo, os reais impactos já são sentidos pela população. Além da barragem de rejeito que apresenta grande ameaça ao meio ambiente e a centenas de famílias, para operação é necessário o rebaixamento do lençol freático da área da cava. Se coloca em ameaça o potencial hídrico e fonte de abastecimento e recarga de 26 nascentes na região das bacias do Rio São Francisco e Rio de Contas.

REG. NORDESTE 5

Caetité, Bahia: o projeto de Mineração Pedra de Ferro pertencente à mineradora Bahia Mineração S.A, com capital de empresas do Cazaquistão e Luxemburgo. O projeto pretende extrair 15 milhões de toneladas de concentrado de minério de ferro durante 15 anos. O discurso na região, por parte do poder público, é de emprego e renda. Contudo, os reais impactos já são sentidos pela população. Além da barragem de rejeito que apresenta grande ameaça ao meio ambiente e a centenas de famílias, para operação é necessário o rebaixamento do lençol freático da área da cava. Se coloca em ameaça o potencial hídrico e fonte de abastecimento e recarga de 26 nascentes na região das bacias do Rio São Francisco e Rio de Contas.

REG. NORDESTE 3



ATLAS IGREJAS EM CUIDADO DA CASA COMUM

EXPEDIENTE

Coleta e sistematização de dados:
Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

Coleta de dados e informações sobre jurisdições eclesiais:
Elis Barbosa

Infografia e tratamento da informação visual:
Marcus Vinícius Freitas / Infográfi

Coordenação:
Guilherme Cavalli

Textos:
Rede Igrejas e Mineração



Comissão Especial
sobre Mineração
e Ecologia Integral